ATA DA 139ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/CE, REALIZADA EM

21 DE JUNHO DE 2023.

Aos vinte e um dias do mês de junho de 2023, às 11h, reuniu-se o Plenário do **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Ceará - CAU/CE**, virtualmente pelo Teams, sob a presidência de Lucas Rozzoline, com os(as) **conselheiros(as)**: Henrique Alves, Denise Sá, Renato Oliveira, Rafael Soares, Brenda Rolim e Lucilla Maia. **I. Abertura:** O presidente do CAU/CE, às 11h, iniciou a Reunião Plenária Ordinária nº 139. **II. Comunicados:** O presidente Lucas informou que a participação CAU/CE na reunião da Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Fortaleza, representado por ele e pelo conselheiro Henrique Alves. Presidente menciona que estavam presentes: SINDUSCON; UFC, representado por Sarah Rosa; e diversos vereadores; e que foi tratado, dentre outras questões, sobre a outorga onerosa. O conselheiro Henrique reforçou também estiveram presentes: SEUMA Fortaleza, representado por Carla Camila Girão; CAGECE; AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros); laboratório da área de biologia da UFC. A reunião teve início com apresentação do SINDUSCON, única apresentação que estava planejada. O CAU/CE e UFC receberam convite de última hora para realizar apresentação e conselheiro Henrique destaca que foi importantíssimo porque deu um contraponto muito importante para o entendimento. O SINDUNSCON baseou sua apresentação falando que os edifícios entregam para a cidade a "tal de gentileza urbana"; que a verticalização não é um problema, pois não interfere na ventilação; que a verticalização gera "densidade". A apresentação da Sarah Rosa (UFC) trouxe questões de como a legislação foi deturpada nos últimos 8 anos, principalmente com as leis da outorga onerosa. O conselheiro Henrique fala ainda que a outorga onerosa é aplicada em Fortaleza. Complementa que é um instrumento do Estatuto da Cidade para ser aplicada no Plano Diretor. O Plano Diretor de Fortaleza é de 2019 e previa que houvesse uma outorga onerosa, mas que devia ser detalhada em uma lei específica e que deveria ser votada logo em seguida. Mas passaram 6 anos para ser aprovada essa lei, mas a lei veio muito inconsistente, no sentido que ela não detalhava o Plano Diretor, mas reformulava o Plano Diretor. O conselheiro Henrique segue comentando que inicialmente a outorga onerosa deveria incidir apenas no lado leste da cidade, nos corredores da Avenida Washington Soares, da BR, áreas que não estão ocupadas, que deveriam obedecer, por força legal do Estatuto da Cidade, ao Índice de Aproveitamento Máximo. Mas a nova lei estabelecida ela ampliou área de intervenção da aplicação da outorga onerosa e, em alguns casos, quadruplicou o Índice de Aproveitamento Máximo que já estava estabelecido no Plano Diretor. Além disso, acrescenta Henrique Alves, foi estabelecido um novo instrumento, a outorga onerosa de uso, que serve para alterar uso em uma determinada área da cidade, onde a Prefeitura também vende a possibilidade de alteração de uso. Na prática, isso significa a venda dos recuos e também das taxas de permeabilidade. Também há outorga onerosa aplicada nas Áreas de Preservação Permanente (APP) e nas Áreas de Proteção Ambiental (APAs). Henrique Alves comenta que o processo de revisão está sendo conduzida de forma inadequada, uma vez que é aprovada no CPPD, que é uma comissão incoerente com o Plano Diretor e que já deveria ter sido eliminada esta comissão. Todos estes pontos foram colocados no debate. O conselheiro Henrique Alves comenta que foi visto não é uma

questão de ventilação, mas é uma questão de inadequação dos parâmetros da legislação e de como isso é publicizado. Acrescenta que Fortaleza vem se alterando fortemente em um trecho e a prefeitura não traz um estudo sobre as consequências, como por exemplo: o aumento de massa construída vai representar o quê para o solo urbano daquele trecho da cidade? Henrique Alves fala que CAGECE não consegue saber quando limite de atendimento de esgoto será sobrepujado. Comentou outros pontos importantes foram falados na reunião e fala que não se sabe as consequências ambientais. Ao final, fala que vereadores puderam entender a gama de processos e questões envolvidas na revisão do plano diretor. O presidente Lucas Rozzoline fala que espera que na nova formação do conselho municipal, o CAU/CE tenha cadeira. O presidente Lucas Rozzoline informa que CAU/CE participou de entrevista na TV Câmara, falando sobre "Contribuições da arquitetura para amenizar a temperatura da nossa cidade". O presidente Lucas Rozzoline fala que conselheira Lucilla Maia gravou vídeo para a Campanha nas redes sociais do CAU/CE sobre exercício ilegal da profissão e convida outros conselheiros e conselheiras a participarem. O presidente Lucas Rozzoline fala da participação do CAU/CE no 29º Fórum dos Presidentes e da 9ª Edição do FIPA, em São Luís do Maranhão, destacando que o CAU/BR tem buscado apoiar estes eventos e tentado alinhar com agenda do CAU/BR como forma de fortalecer. O presidente Lucas Rozzoline fala de sua palestra realizada no FIPA sobre a relação do CAU/CE com o Ministério Público como forma de preservação do patrimônio. E no Fórum dos Presidentes, destacou as seguintes pautas: produção do Plano Nacional de Fiscalização; e campanhas nacionais de valorização profissional e sobre EAD. O presidente Lucas Rozzoline informa sobre reunião do CEAU, que foi muito boa e teve participação da FENEA e da ABEA. Conselheiros Henrique Alves fala sobre questões do ensino EAD, e comenta que será tratado desse tema na reunião que acontecerá em Aracaju. Comenta que já foi decido que não o CAU não irá rejeitar registro de egressos do ensino EAD, que outros CAU/UF estão sofrendo processos por negarem o registro, a exemplo do CAU/SP. Fala que está sendo criado mecanismos legais no CAU para tornar mais rigoroso registro destes egressos do ensino EAD. Está sendo pensado no Registro *Sob Judice*, que seria um registro que possui pendencias na justiça. O chefe de gabinete Guilherme Vila Nova apresenta a nova assessora de comunicação do CAU/CE, Brena Cássia, e passam a falar sobre a reformulação do site do CAU/CE para novo servidor e com nova interface, após a invasão hacker ocorrida na última semana. Cássia fala das gravações dos 2 vídeos com a conselheira Lucilla Maia, faz chamada para outros(as) conselheiros(as) participarem e destaca a importância dos vídeos para engajamento e aproximação do CAU/CE com a sociedade. Conselheira Denise Sá e conselheiro Henrique Alves tiram dúvidas sobre as mudanças no site do CAU/CE. Conselheira Denise Sá fala informa que o CAU/CE está ajudando na organização do Encontro Nacional das Comissões de Ética e Disciplina (CED). Conselheiro Henrique Alves lembra que amanhã haverá evento sobre Licenciamento Urbano nos Municípios do Ceará, projeto da CPUA-CAU/CE, com objetivo de discutir processos de licenciamento, onde serão apresentados exemplos dos municípios de Maracanaú, Fortaleza, Sobral e Juazeiro do Norte. **III. Verificação da pauta:** O presidente verificou se havia quórum, após a verificação, foi lida a pauta aos presentes e perguntou se há alguma inclusão de pauta. **IV. Discussão sobre evento internacional com Josep Montaner e Zaída Muxi:** presidente Lucas Rozzoline faz uma explanação do evento, falando que proposta de realização partiu da presidência do

CAU/CE, ao conseguir contato destes com Marcela Abla (IAB-RJ); fala que os mesmos estarão no Brasil em agosto; e explica sobre cronograma que está sendo planejado para evento. O chefe de gabinete Guilherme Vila Nova apresenta uma minuta de programação do evento. Conselheira Denise Sá sugere a UNIFOR como local para evento. Conselheiro Henrique Alves reforça a necessidade de comunicar o quanto antes, pois trata-se de evento internacional e possivelmente pessoas de estados vizinhos virão. Conselheiro Henrique Alves comenta sobre a possibilidade de conversa com Governo do Estado, por estarem debatendo questões de habitação, como o Minha Casa, Minha Vida; que a temática habitacional amplia a participação para além de profissionais de arquitetura e urbanismo; as questões de gênero, temática tratada por Zaida, tem relevância no debate nacional, o CAU/BR tem a comissão de equidade e que deveríamos articular. Conselheiro Henrique Alves fala da importância de contactar o mais breve as IES, o grupo de trabalho de gênero do CAU/CE, o CAU/BR, os CAU/UF. Conselheiros(as) opinam sobre cronograma, horários do evento e outras possibilidades de local, como Cine Teatro São Luiz, Pinacoteca, Centro de Eventos, Teatro José de Alencar, Museu da Imagem e do Som, Teatro São José. Conselheiros(as) falam da estrutura necessária de acessibilidade (tradução simultânea, libras, transmissão e audiodescrição) e possibilidade de solicitar apoio das IES para viabilizar algumas demandas do evento. Após debate, encaminhado a continuidade na organização do evento considerando todas as sugestões propostas pelos(as) conselheiros(as) para programação, confirmar a disponibilidade dos espaços propostos e confirmar o apoio das IES ou outros parceiros. **V. Discussão sobre projeto de lei contra publicidades luminosas:** O presidente Lucas Rozzoline fala que a Deputada Gabriella Aguiar da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (ALECE) entrou em contato com o Conselho e chamou o CAU/CE para pedir opinião sobre a questão das publicidades luminosas, especificamente sobre as superfícies refletidas nos edifícios, após ela ter sido provocada sobre o assunto. Após o contato, o CAU/CE deu uma rápida entrevista comentando se esse tipo de publicidade interfere na cidade, se atrapalha. Presidente Lucas Rozzoline comenta que tem aumentado a quantidade em Fortaleza, questiona se há critérios para estabelecer limites de luminosidade, acrescenta que esse tipo de publicidade ilumina a fachada de vários edifícios ao mesmo tempo e que pode ser danoso a saúde de pessoas que, por exemplo, tem epilepsia. Conselheira Denise Sá disse que pessoas com TDAH podem se incomodar. Presidente Lucas Rozzoline fala que há muitos municípios que tem tolerância 0 (zero) para esse tipo de publicidade e acredita ser papel do Conselho se posicionar sobre poluição visual na cidade. Conselheira Denise Sá comenta que esse tipo de publicidade luminosa tem que ser analisado pela SEUMA Fortaleza, mas que não sabe como é feito. Conselheiro Henrique Alves comenta que há legislação em Fortaleza só para letreiro. Conselheira Brena Rolim comenta que já teve experiências em projetos particulares antigos em que a Prefeitura fiscalizava as placas, mas que não tem visto o mesmo rigor atualmente. Conselheira Brenda Rolim pergunta se não seria o caso de criação de Comissão Especial com arquitetos(as) externos para tratar deste assunto. Presidente Lucas Rozzoline acredita que sim e coloca para Plenário se este assunto é prioridade para Conselho. Conselheira Denise Sá acha que é assunto importante, mas coloca se não seria possível tratar dele sem criação de Grupo de Trabalho (GT), pois é difícil encontrar profissionais que queiram participar. Conselheiro Henrique Alves compartilha na tela o Manual de Licença de Publicidade da Prefeitura de Fortaleza, fala que existe a normatização, mas não sabe informar se a legislação vigente

engloba esse tipo de publicidade luminosa. Conselheiros(as) falam dos diferentes usos atuais de iluminação e publicidade em prédios que interfere na paisagem. Após debate do assunto e verificado que há legislação que regula a publicidade na cidade, o presidente Lucas Rozzoline encerra pauta. **VI. Atualização da discussão do EAD nacional:** Conselheiro Henrique Alves abre para pergunta dos demais conselheiros(as), tendo em vista que no início da reunião falou sobre esta pauta. Adiciona que foi feito pedido junto ao MEC que seja retirado o EAD dos cursos de arquitetura e urbanismo, porque há uma nova Diretriz Curricular Nacional de arquitetura para ser votada na câmara nacional de ensino superior, o Conselho já teve eventos com conselheiros do MEC sobre o assunto e tem tido debate com a ABEA (Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo). Está sendo feito uma movimentação pública para ser denunciada os problemas do ensino EAD. Atualmente o MEC tem uma comissão para tratar sobre EAD, mas que o MEC não aceitou as recomendações desta comissão, que é composta por conselhos. O CAU não fez parte, mas estão presentes, por exemplo, a OAB e os conselhos da área de saúde. Esta comissão emitiu uma nota reclamando do posicionamento do MEC, que é muito fechada. O CAU/BR emitiu em nota em apoio aos conselhos desta comissão e está sendo alinhado ações públicas para denunciar os problemas que o EAD tem enfrentado. Conselheiro Henrique Alves informa que hoje temos a quantidade de vagas em EAD é maior que as vagas autorizadas para o ensino presencial. Comenta que os polos de EAD não são fiscalizados pelo MEC e que há registros do conselho de farmácia, da ABEA, mapeando situações de polos em garagens, embaixo de árvores, sem nenhuma infraestrutura adequada para ensino. Após explanação do conselheiro Henrique Alves, não há perguntas dos(as) demais conselheiros(as) e a pauta é encerrada. **VII. Discussão sobre a situação da desapropriação do Edifício São Pedro pelo Governo do Estado:** Presidente Lucas Rozzoline comenta que esse é um processo que o CAU/CE está acompanhando, que foi anunciado essa desapropriação a mais de ano e ainda há notícias explícitas sobre esse processo. Questiona se qual deveria ser o posicionamento do CAU: se cobra resposta da Secretaria de Cultura ou ao Governo do Estado; se cabe questionar quais são os planos para o edifício São Pedro. E abre para opinião da plenária sobre assunto. Conselheira Denise Sá fala que deve ser cobrado posicionamento da Secult. Presidente Lucas Rozzoline comenta que recentemente soube que surgiu grupo de WhatsApp em que as pessoas comentam sobre a situação do edifício São Pedro. Conselheira Denise Sá, juntamente com presidente Lucas Rozzoline, comentam sobre a situação de abandono, descaso e risco do edifício. Conselheiro Henrique Alves fala que deve ser enviado ofício ao Governo do Estado. Conselheira Denise Sá questiona se não deveria ser acionado também o Ministério Público (MP) e presidente Lucas Rozzoline concorda que pode ser enviado essa notificação em anexo ao MP. Conselheira Brenda Rolim comenta que o proprietário do Edifício São Pedro, família Filomeno, que está no grupo do WhatsApp, enviou imagem de um projeto desenvolvido para o local e comentou que a proposta é derrubar o prédio, escanear fachada 3D, fazer o prédio São Pedro “fake” com outro prédio saindo de cima deste prédio “fake”. Conselheira Brenda Rolim acrescenta que esse assunto polémico, mas que gera interesse das pessoas, e que uma notícia partindo do CAU/CE demonstra que é um órgão que se preocupa com as questões da cidade. Conselheiro Henrique Alves lembra que o GT de Patrimônio do CAU/CE discutiu sobre o edifício São Pedro e que faz sentido o Conselho se cobrar novamente sobre a situação atual. Conselheira Brenda Rolim propõe como encaminhamento que seja

publicado no Instagram do CAU/CE uma notícia sobre o assunto, usando dados que foram coletados pelo GT, para falar sobre o prédio, como forma de provocação, não como resposta as questões que estão sendo debatidas. O chefe de gabinete Guilherme Vila Nova resume os encaminhamentos: envio de ofício para Secult, anexando ao MP, sobre posicionamento acerca da desapropriação do Governo do Estado ao edifício São Pedro e elaborar postagem no Instagram do CAU/CE sobre assunto. Conselheiro Henrique Alves acrescenta que no ofício deve ser perguntado sobre a desapropriação e sobre a proteção, quais tem sido as ações para a proteção do edifício, para manter a segurança do local e consolidar ou manter a estrutura do patrimônio do prédio. Presidente Lucas Rozzoline diz para chamar atenção no ofício que o tombamento do São Pedro foi cancelado e que legalmente não há nenhuma proteção. Conselheiro Henrique Alves sugere colocar na postagem uma fala do GT de Patrimônio do CAU/CE e sugere nome de Gerson Amaral e Marcelo Capasso. Após debate, ficou encaminhado o desenvolvimento do ofício e apreciação do Conselho Diretor. **VIII. Posicionamento do CAU sobre CPPD:** Presidente Lucas Rozzoline inicia falando, a partir de informações que lhe chegou, se a CPPD (Comissão Permanente de Avaliação do Plano Diretor) for mantida, o CAU pode ocupar uma cadeira se for feita através de decreto do prefeito. Mas questiona se o Conselho deve solicitar cadeira ou se faz campanha para a extinção desta comissão. Conselheiro Henrique Alves comenta que quem entra na CPPD com pensamento diferente da Prefeitura na CPPD é minoria, pois os votos já são combinados e decididos pela prefeitura. Acrescenta que o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (ConCidades) é um conselho para se discutir a cidade com outro formato, no qual conselheiros são eleitos e existe paridade. Em sua opinião não faz sentido o CAU pedir assento na CPPD, mas sim apoiar a criação do ConCidades. Conselheiros(as) debatem sobre o papel da SEUMA de Fortaleza na condução da revisão do Plano Diretor e da ausência do IPLANFOR neste debate, considerando a que a SEUMA é órgão de fiscalização da prefeitura, mas está planejando, quando o IPLANFOR é órgão de planejamento e não está fazendo esse papel. Após debate, conselheiro Henrique Alves sugere o encaminhamento de publicações informativas feitas pelo CAU/CE com comunicação sobre as disfunções da Prefeitura de Fortaleza na condução do processo de revisão do Plano Diretor Municipal, colocando um questionamento público sobre o assunto, entendendo que o Conselho tem entendimento e autoridade para falar sobre o assunto. Presidente Lucas Rozzoline sugere que CPUA ajude na construção do desenho deste informativo. Conselheiro Henrique Alves comenta que devem ser várias publicações e diz que na próxima reunião da CPUA será discutido nota de esclarecimento sobre processo do Plano Diretor. Conselheira Brenda Rolim fala que a nota do Conselho não deve se posicionar contra o mercado imobiliário, mas que seja a favor da cidade. Conselheiro Henrique Alves sugere uma conversa com o CREA-CE sobre a questão do Minha Casa, Minha Vida (MCMV), por exemplo. Conselheiro Henrique Alves fala que o mercado imobiliário é uma reunião de vários setores, coloca que o SINDUSCON debate sobre o MCMV, mas questiona: será que todas as construtoras participam ou são somente as grandes construtoras? Conselheiro Henrique Alves considera importante trazer para debate sobre mercado imobiliário outros agentes que não sejam os mesmos. Presidente Lucas Rozzoline comenta que o presidente do CREA-CE Emanuel Maia tem interesse em conversar e entender mais sobre ATHIS. Conselheiro Henrique Alves pergunta se o CAU/CE tem aproximação com o Conselho de Corretores e o presidente Lucas Rozzoline

comenta que está sendo planejado evento com síndicos e que seria bom convidar corretores. Conselheiro Henrique Alves coloca questionamento de qual o impacto do Airbnb nas construções dos novos prédios e que talvez corretores tenham informações consistentes sobre assunto. Após debate, ficou encaminhado a participação da Assessoria de Comunicação do CAU/CE na próxima reunião da CPUA para alinhar o conteúdo das notas e das publicações do CAU/CE sobre a CPPD. Ficou encaminhado levar como ponto de pauta da CPUA o impacto do Airbnb nas novas construções e pensar em convidar alguém do CRECI para futura reunião da CPUA. **IX. Encerramento:** Às 13h a reunião plenária encerrou.

Fortaleza, 21 de junho de 2023.

Lucas Ribeiro Rozzoline Muniz
Presidente do CAU/CE